

# A MOEDA COMO INSTRUMENTO DE DEPENDÊNCIA E LIBERTAÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA TRANSFORMADORA DA REALIDADE NA COMUNIDADE PALMEIRA

Gabriela Martins Fonseca Reimão<sup>1</sup>  
Rodolfo dos Santos Silva<sup>2</sup>

## Resumo

O presente trabalho objetiva elucidar o significado e a relevância que a moeda social tem dentro de uma comunidade vulnerável. As informações contidas são fruto das pesquisas desenvolvidas no projeto de extensão da UNINTER: Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária, junto à pesquisa bibliográfica da temática. Ao decorrer do texto, apresentaremos desde a história do escambo e da moeda-mercadoria até o desenvolvimento do sistema monetário contemporâneo. Salientamos que não se trabalhou apenas a visão econômica capitalista, uma vez que o intuito foi apresentar o outro lado da moeda, aquele que possui o poder de mudar social e culturalmente milhares de famílias, adotando os princípios da confiança, educação e respeito, sendo estes os princípios da Economia Solidária. Apresenta-se a experiência da Comunidade Palmeira para exemplificar o funcionamento dessa economia paralela e quão essencial foi e continua sendo, para o enfrentamento das mais variadas expressões da questão social. Ao analisar os usos e desusos desta economia alternativa, logo se percebe que ela possui um prazo de validade um tanto peculiar, pois não se baseia em uma data específica, mas em seu cumprimento como agente transformador de realidades.

**Palavras-chave:** Moeda social. Desenvolvimento socioeconômico. Comunidade Palmeira.

## 1 Introdução<sup>3</sup>

Os manuais de economia de Pinho, Vasconcellos e Tonetto Jr. (2012), Mankiw (2009), Sandroni (2007) e Rossetti (2003) descrevem que as primeiras formas de trocas estavam relacionadas ao escambo, um tipo de relação de troca direta de produtos por produtos, serviços por serviços ou serviços por produtos ou vice-versa. Toda relação de troca era feita sem a utilização de nenhum tipo de moeda. Na atualidade essa forma de troca tende a surgir em momentos de crises da economia, principalmente quando há falta de moeda ou ocorrem elevadas taxas de inflação que fazem as pessoas perder a confiabilidade nos haveres monetários do país. Conforme Sandroni (2007), durante os anos de hiperinflação na Alemanha, logo após a primeira guerra mundial, era comum, ao invés da moeda local, aceitar cigarros, café ou qualquer outra mercadoria não depreciável com o tempo. No Brasil, o escambo vem sendo utilizado desde a sua descoberta, quando os portugueses, atrás de especiarias, madeira e ouro, trouxeram para trocar com os primeiros habitantes desta terra espelhos e outras muitas bugigangas.

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de Serviço Social da Uninter e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Formação e Sociabilidade (GETFS). E-mail: gabrielamartinsf@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor do Curso de Serviço Social e Coordenador do Projeto de Pesquisa sobre Economia Solidária; Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Formação e Sociabilidade (GETFS). E-mail: rodolfo.s@uninter.com.

<sup>3</sup> Resultados de pesquisa desenvolvida junto ao Projeto de Pesquisa do Curso de Serviço Social. Polo de Apoio Presencial: Carlos Gomes/PR.

O sistema social de trocas é um sistema primitivo, que precedeu ao sistema monetário vigente no mundo contemporâneo. O escambo é um sistema de fácil assimilação pelas comunidades de seres humanos, porém, a operacionalidade deste sistema está limitada a necessidades que coincidam e produção em excedente. Existem outros tantos problemas que poderiam ser levantados aqui, que justificariam a não utilização por parte dos seres humanos do sistema de escambo. Porém, na falta de alternativas ao enfrentamento de graves problemas sociais, como o desemprego e a falta de dinheiro, o escambo pode se tornar uma grande opção. A evolução do sistema de escambo ocorreu a partir da utilização de mercadorias, serviços ou produtos que fossem bem aceitos para efeito de trocas. Nesse caso, surgiu o que os economistas denominam de mercadoria-moeda. Isso ocorreu porque junto com essa mercadoria, surgiu o mercador e o mercado.

O interesse comum por determinada mercadoria ou serviço proporcionou o aparecimento de mercadorias que passaram a serem aceitas em troca de diferentes mercadorias ou serviços, sem a necessidade de os interesses coincidirem. Produtos como o couro, a pimenta e o sal acabaram sendo de interesse comum e passaram a determinar valores para outros produtos. O sal, por exemplo, era muito aceito na conservação dos alimentos no Egito Antigo e na Macedônia e, por isso, os trabalhadores aceitavam receber suas remunerações em quantidades de sal; daí a origem do termo salário. Para Rossetti (2003, p. 17),

as mercadorias moedas solucionaram os principais inconvenientes do escambo primitivo. Ainda que muitas das primeiras mercadorias-moeda fossem imperfeitos como instrumentos de troca, não preenchendo as características intrínsecas exigidas da moeda, elas facilitaram as trocas.

A utilização da moeda-mercadoria como instrumento de troca perdeu a sua importância com o tempo, devido à sua depreciação; faltava a elas a durabilidade e facilidade no transporte e no manuseio, algumas das características básicas das moedas contemporâneas. Entre outras características das moedas contemporâneas estão ainda: ser de fácil aceitação, facilitar as trocas e acumulação de valor. Apesar de todas essas características a moeda, essa representação do dinheiro, não é de fácil acesso a todas as pessoas, principalmente devido às suas características de reserva e acumulação. O sistema econômico capitalista tem na acumulação e concentração de renda suas principais características.

Karl Marx (1988) explica como corre esse processo de acumulação e concentração no modo de produção capitalista, diferindo dos antigos sistemas de trocas e escambos. Para esse

autor, na antiguidade as pessoas trocavam a mercadoria por dinheiro e com esse dinheiro trocavam por mais mercadorias (M-D-M'), processo no qual o dinheiro era utilizado apenas como um instrumento de troca. No modo de produção capitalista, há uma troca de dinheiro por mercadorias que são vendidas para obtenção de mais dinheiro (D-M-D'). Dessa forma, o dinheiro não possui mais a função de adquirir mercadoria apenas para a satisfação das necessidades da sociedade, mas principalmente para a acumulação, proporcionando dessa forma, a concentração de renda.

No mundo capitalista, a cada ano que passa, a renda está cada vez mais concentrada nas mãos de menos pessoas. No caso brasileiro, estudos da Unafisco Nacional — Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — demonstram que há uma hiperconcentração, onde 0,1% dos habitantes do país detêm aproximadamente 30% da riqueza nacional.

A análise dos dados aponta que cerca de 30% dos bens e direitos líquidos declarados no IRPF são detidos por apenas 220.220 contribuintes, o que representa 0,67% dos declarantes ou 0,1% da população brasileira. Esses contribuintes possuem renda mensal total a partir de 80 salários-mínimos (R\$ 83.600) (CONCENTRAÇÃO..., 2020).

A concentração de renda se tornou mais grave ainda com a COVID19 e suas consequências desastrosas para a economia brasileira. Diante desses fatos, tornam-se mais importantes ainda estudos que possibilitem compreender formas alternativas a esse modelo monetário e concentrador de renda do sistema econômico hegemônico. Para tanto, este artigo tem como objetivo geral descrever as experiências de utilização dessas alternativas monetárias no país, usando como metodologia a pesquisa qualitativa e bibliográfica; entre elas está a experiência da Moeda Social do Banco Comunitário Palmas.

## **2 A experiência da moeda social no conjunto palmeiras**

Uma experiência que destacou enquanto alternativa ao modelo monetário tradicional do Sistema Econômico Capitalista foi a Moeda Social do Banco Palmas. A primeira grande experiência com banco comunitário e moeda social em nosso país. Experiência que é fruto de uma ação conjunta de um grupo de lideranças de uma favela de 30.000 habitantes, no interior do Ceará. No entendimento de Oliveira e Melo (2015), essa experiência foi inspirada em outras internacionalmente bem-sucedidas, mas ainda assim o processo foi seguido de muitas

lutas, experimentações, diálogos e mobilização de uma comunidade que tinha os seus direitos negligenciados pelo Estado.

Enquanto o Banco Palmas, no Ceará, se consolidava como uma experiência comunitária bem-sucedida, outras experiências passaram a ser desenvolvidas por todo o país. Para Barbosa (2007), essas experiências se constituíram como tecnologias sociais, que inovam na forma de atendimento às populações não assistidas pelo sistema formal dos bancos e instituições financeiras. Para essa autora, instituições populares como a moeda social do Banco Palmas abriram outras possibilidades para as comunidades pobres do nordeste brasileiro. Segundo Fobe e Vilela (2011, p. 47), a moeda social aparece como um “instrumento poderoso e intimamente relacionado ao sucesso do esforço comunitário”.

Inicialmente, para Barbosa (2007) e Fobe e Vilela (2011), com a nomeada Palmacard, o Conjunto Palmeiras recebia em 1998 um novo estímulo ao consumo e desenvolvimento local. Feita no sistema Office Word e impressa pelo Banco, cada comerciante possuía um código de referência que era anotado atrás do card do consumidor, junto com o valor da compra. Ao final do mês, cada comerciante deveria levar a sua fatura ao Banco para a conferência e pegar o seu pagamento. Os créditos variavam entre 20 e 100 reais.

Para os autores, a experiência alcançou seu objetivo com 200 lojas e empreendimentos comerciais cadastrados e mais de 3.000 famílias no sistema. Para a comunidade, essa primeira experiência foi um grande sucesso e conseguiu fomentar a economia local. Apesar dos altos números, a forma de “card” gerava grande quantidade de faturas e não possuía um esquema que dificultasse fraudes. Como a confiança é a base da moeda social, logo em seguida, conforme Fobe e Vilela (2011), foram alteradas as formas de operação da Moeda Social do Banco Palmas.

De acordo com Oliveira e Melo (2015), a segunda moeda, Palmares, surgiu em 2000 para ser utilizada dentro das feiras de trocas que se instalavam na comunidade. A moeda era fabricada ainda pelo Sistema *Office Word*, mas começou a ser plastificada para aumentar a sua vida útil, dentro daquele conceito de durabilidade da moeda. A cada 15 dias, os comerciantes se reuniam para designar o valor de seus produtos em Palmares, porém, nada impedia que durante a compra houvesse uma nova negociação. O objetivo da nova moeda “era expandir a relação entre os pequenos produtores que iam surgindo no bairro, muito motivados pela prática da economia solidária, e que o banco já vinha financiando” (OLIVEIRA; MELO, 2015, p. 35).

Oliveira e Melo (2015) seguem explicando que, após a comunidade construir a cultura da troca, não era mais necessário realizar feiras para tal ato.

Com o fim das feiras de trocas, ampliaram a variação e quantidades de produtos a serem comercializados com a Moeda Social, atingindo outros setores, como lojas de departamentos, vestuário e até mesmo pagamentos de luz, água e energia.

O Banco Palmas, além de aparecer como uma experiência inovadora quando se trata da utilização da moeda como instrumento facilitador, tende a pregar uma utilização da moeda não como a decorrente de modelo de acumulação capitalista, analisado por Marx (1988), mas como um processo de dar às comunidades mais pobres a possibilidade de obter, através daquilo que produz e presta serviços, recursos disponíveis para poder continuar vivendo dentro de um sistema monetário, de crédito e de consumo excludente. Para Barbosa (2007, 126), “o Banco Palmas já aparece como uma outra vertente de empreendimentos. Segundo a pesquisa, a experiência vincula sua sustentabilidade a uma cadeia produtiva capaz de unir produtor, comércio e consumidor no próprio bairro de Palmares”.

### **3 Considerações finais**

Este trabalho teve como objetivo descrever a experiência das moedas sociais e sua importância para a transformação social. De início foi necessário descrever uma pequena história do processo monetário com o escambo, a moeda-mercadoria, até o desenvolvimento do sistema monetário oficial, para o entendimento de que existe a necessidade de uma forma mais evoluída de sistema monetário, que possa incluir aquelas pessoas desamparadas pelo modelo monetário tradicional: o Banco Social e a Moeda Comunitária. Uma moeda que possa ser utilizada como agente transformador da realidade, com capacidade de valorizar a economia da comunidade e fazer com que essa economia se desenvolva, superando assim as situações precárias de alimentos e moradia, com sustentabilidade ambiental. Com isso, proporciona uma melhor qualidade de vida a todas as pessoas.

É um sonho o dia em que as Tecnologias Sociais possam substituir os modelos tradicionais proporcionados por uma política monetária e de desenvolvimento capitalista. Por enquanto, diante do modelo atual, os autores estudados entendem que quando a comunidade começa a se desenvolver, e a moeda comunitária passa a ser utilizada na mesma proporção que a moeda oficial, tem-se como tendência que a moeda comunitária dê lugar à moeda oficial. Nesse estágio, que pode ser considerado o final, a moeda nacional vai ganhando espaço e aos poucos substituirá a moeda comunitária.

Considerando a experiência da Comunidade Palmeira e o seu desenvolvimento econômico, percebemos que o desuso da moeda Palmas é resultante do sucesso da própria.

Ao alcançar a valorização do comércio local, a moeda cumpre sua função econômica, restando-lhe apenas as dimensões simbólica e política.

Conclui-se nessa pesquisa que a moeda social, além de cumprir com o seu papel de fomento à economia local, promove uma cultura solidária. Portanto, podemos considerar esse recurso como um completo agente transformador de realidades.

## Referências

BARBOSA, Rosangela N. C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA no Brasil não pode ser entendida olhando o 1% da população. **UNAFISCO – NACIONAL**, São Paulo, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://unafisconacional.org.br/concentracao-de-renda-no-brasil-nao-pode-ser-entendida-olhando-o-1-da-populacao/> visitado em 20 de setembro de 2020.

FOBE, Nicole Julie; VILELA, Renato. Moedas sociais – mecanismo de desenvolvimento e desafio multidisciplinar. **Casoteca Direito SP**, São Paulo. 2011. Disponível em: [https://direitosp.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/moedas\\_sociais\\_-\\_narrativa.pdf](https://direitosp.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/moedas_sociais_-_narrativa.pdf). Acesso em: 04 nov. 2020.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, Bárbara Magalhães de Aguiar; MELO, Joaquim de. A (r)evolução das Moedas Sociais: Do Palmacard ao E-dinheiro. *In: Instituto Banco Palmas*, 2015. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-palmacard-ao-e-dinheiro/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETTO JR. Rudinei. **Manual de Economia**: equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2003.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2007.